

Para Jorge Fão, presidente da Assembleia Geral Associação dos Aposentados, Reformados e Pensionistas de Macau, o FSS só entrará em falência se o Governo quiser. “O Governo deveria dar destinar mais que 3 por cento do orçamento do excedente do valor orçamental. O FSS é sustentável desde que o Governo tenha vontade de o sustentar. Afinal, o nosso orçamento tem um superavit praticamente todos os anos graças às receitas do jogo.” Fão defende que, sendo as contribuições obrigatórias ou facultativas “insignificantes”, o Governo deve injetar mais dinheiro e assim suportar um aumento das pensões, “segundo a taxa de inflação”.

## **REFORMAR O SISTEMA**

Globalmente os sistemas de pensões são geralmente organizados em “três pilares”, com o primeiro a incluir a pensão pública, mandatada pelo Governo para fornecer protecção básica à vida dos reformados; o segundo representado pelas pensões profissionais, incluindo os planos de anuidades empresariais para compensar a escassez de fontes públicas de pensões; e o terceiro pilar a incluir as pensões individuais, nomeadamente os seguros de pensões, serviços financeiros de pensões e outros serviços de pensões comercializados. Segundo o estudo da Universidade da Cidade de Macau, o terceiro pilar é precisamente aquele que precisa de maior desenvolvimento na RAEM.

No entanto, Jorge Fão avisa que uma tentativa de aposta em fundos de pensões privados não vingou em Hong Kong e que, em Macau, mesmo com o apoio do Governo, essa estratégia também não teria sucesso. “As pessoas não têm confiança na gestão de fundos de pensões privadas. Além de que nem todas as empresas conseguem aderir a esses esquemas, normalmente só as maiores”, ressalva. “Esses fundos privados podem também declarar falência ou fechar. Basta ver as perdas incorridas pelo FSS em 2022, quase 7 mil milhões de patacas. Se fosse um fundo privado poderia ter declarado falência.”